



# Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo



Processo C.M. nº 016/2025 – TC nº 004255.989.22-0

**PARECER DA COMISSÃO PERMANENTE DE ORÇAMENTO,  
FINANÇAS E CONTABILIDADE AO PROCESSO TC Nº 004255.989.22-0,  
QUE DISPÕE SOBRE O PARECER PRÉVIO FAVORÁVEL À  
APROVAÇÃO DAS CONTAS DO MUNICÍPIO DE JAGUARIÚNA  
REFERENTE O EXERCÍCIO DE 2022.**

**RELATOR: ILUSTRÍSSIMO VEREADOR JORGE LUIZ DE SOUZA**

## **1- RELATÓRIO**

Inicialmente, ressalta-se que este parecer foi antecedido por processo administrativo, devidamente instaurado no âmbito interno desta Casa de Leis.

Com o intuito de propiciar toda lisura a este processo, conforme exigências da Lei Orgânica Municipal e do Regimento Interno e, mormente, às garantias constitucionais do contraditório e da ampla defesa, consignadas no inciso LV, do art. 5º, da Lei Maior, em prol da análise e julgamento das contas examinadas, o responsável pelas contas, Sr. Márcio Gustavo Bernardes Reis, foi devidamente intimado a prestar as alegações que julgasse necessárias.

Diante destes fatos, cabe apresentar o seguinte relatório.



# Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo



Processo C.M. nº 016/2025 – TC nº 004255.989.22-0

Primeiramente, devemos esclarecer que a competência para aprovar ou rejeitar contas municipais é da Câmara de Vereadores e não do Tribunal de Contas. Este último, apenas emite pareceres, mas não julga as contas dos prefeitos.

Por certo, o artigo 71 da Constituição Federal em seu *caput*, dispõe que o Tribunal de Contas é um auxiliar do Congresso Nacional, e, apresenta em seus dois primeiros incisos, tratamento diferenciado às contas do chefe do Poder Executivo da União em relação aos administradores em geral:

*“Art. 71 – O controle externo, a cargo do Congresso Nacional, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas da União, ao qual compete:*

*I – apreciar as contas prestadas anualmente pelo Presidente da República, mediante parecer prévio que deverá ser elaborado em sessenta dias a contar de seu recebimento;*

*II – julgar as contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores públicas da administração direta e indireta incluídas as fundações e sociedades instituídas e mantidas pelo Poder Público federal, e as contas daqueles que derem causa a perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte prejuízo ao erário público (...).”*



# Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

Processo C.M. nº 016/2025 – TC nº 004255.989.22-0

Cumpre-nos ressaltar que o julgamento é **das contas anuais** e não do Parecer Prévio do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo que apenas opina sobre as mesmas, sendo as Comissões Permanentes e o Plenário da Câmara Municipal, soberanos para concordar com o parecer ou rejeitá-lo.

Desta forma, em hipótese alguma a prestação de contas anuais poderá ter sua aprovação ou rejeição por decurso de prazo, sem que o Poder Legislativo realize o respectivo julgamento das contas, com deliberação/votação expressa de seus membros.

No mesmo sentido, o artigo 31 do mesmo diploma, determina que a fiscalização do município seja exercida pelo Poder Legislativo municipal:

*“Art. 31 – A fiscalização do Município será exercida pelo Poder Legislativo Municipal, mediante controle externo, e pelos sistemas de controle interno do Poder Executivo Municipal, na forma da lei.*

*§ “1º – O controle externo da Câmara Municipal será exercido com o auxílio dos Tribunais de Contas dos Estados ou do Município ou dos Conselhos ou Tribunais de Contas dos Municípios, onde houver.”*





# Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

Processo C.M. nº 016/2025 – TC nº 004255.989.22-0

Verifica-se, assim, que os Tribunais de Contas dos Estados são órgãos auxiliares da Câmara Municipal (parágrafo 1º), o que exclui a possibilidade de lhes ser reconhecida autonomia suficiente à rejeição das contas dos prefeitos. A atividade meramente auxiliar não pode ser considerada em decisória.

Nesse sentido, o Supremo Tribunal Federal decidiu nos seguintes julgados:

*“O Tribunal, por maioria e nos termos do voto do Ministro Ricardo Lewandowski (Presidente), que redigirá o acórdão, fixou tese nos seguintes termos: “Para os fins do art. 1º, inciso I, alínea “g”, da Lei Complementar 64, de 18 de maio de 1990, alterado pela Lei Complementar 135, de 4 de junho de 2010, a **apreciação das contas de prefeitos, tanto as de governo quanto as de gestão, será exercida pelas Câmaras Municipais, com o auxílio dos Tribunais de Contas competentes, cujo parecer prévio somente deixará de prevalecer por decisão de 2/3 dos vereadores**”, vencidos os Ministros Luiz Fux e Rosa Weber. Ausentes, justificadamente, os Ministros Cármen Lúcia e Teori Zavascki. Plenário, 17.08.2016. (SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL-STF – RE 848826 – Relator: Ministro Ricardo Lewandowski – data 17/08/2016)”*

*“O Tribunal, por maioria e nos termos do voto do Relator, fixou tese nos seguintes termos: “**O parecer técnico elaborado pelo***





# Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo



Processo C.M. nº 016/2025 – TC nº 004255.989.22-0

*Tribunal de Contas tem natureza meramente opinativa, competindo exclusivamente à Câmara de Vereadores o julgamento das contas anuais do Chefe do Poder Executivo local, sendo incabível o julgamento ficto das contas por decurso de prazo", vencidos os Ministros Roberto Barroso, Edson Fachin, Rosa Weber e Luiz Fux. Ausentes, justificadamente, os Ministros Cármen Lúcia e Teori Zavascki. Presidência do Ministro Ricardo Lewandowski. Plenário, 17.08.2016. (SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL-STF – RE 729744 – Relator: Ministro Gilmar Mendes – data 17/08/2016)"*

Portanto, são os vereadores que detém o direito de julgar as contas do Chefe do Executivo Municipal, na medida em que representam os cidadãos.

## 2- FUNDAMENTAÇÃO:

*Do Parecer Prévio favorável às Contas de 2022 emitido pelo Tribunal de Contas de São Paulo.*

Trata-se da prestação de contas da Prefeitura Municipal de Jaguariúna do exercício de 2022 que recebeu Parecer favorável pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.



# Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

Processo C.M. nº 016/2025 – TC nº 004255.989.22-0

Para uma melhor compreensão da linha de raciocínio que levou esta Comissão opinar pela aprovação das contas do Município no exercício de 2022, necessário esclarecer que a presente análise será baseada nos elementos fornecidos pelo Tribunal de Contas do Estado, que auditou a contabilidade da Prefeitura de Jaguariúna por meio dos seus órgãos técnicos e especializados, à luz das informações prestadas pelo Município, e que, ao final, aconselhou a aprovação das contas.

Por oportuno, este Relator acolhe e considera como parte integrante da fundamentação deste parecer as decisões proferidas pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo no processo TC nº 004255.989.22-0.

Isto porque, se é verdade que o parecer do TCE não vincula as decisões da Câmara no julgamento das contas, não se pode desconsiderar que a missão constitucional do TCE é auxiliar o Poder Legislativo no exercício da sua atribuição de fiscalizar o Executivo, consoante artigo 49, §1º do artigo da Lei Orgânica do Município e art. 33, inciso XIII da Constituição Estadual, notadamente com relação ao controle contábil, financeiro, orçamentário, operacional e patrimonial do Poder Executivo.

Nos dizeres de Evandro Martins Guerra:

**“(...) importa dizer que o auxílio prestado pelo Tribunal de Contas ao Poder Legislativo não tem o condão de transformá-lo em órgão auxiliar, no**



# Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo



Processo C.M. nº 016/2025 – TC nº 004255.989.22-0

sentido de subalternidade hierárquica. A melhor inteligência é no sentido de que o exercício do controle, a cargo do Poder Legislativo, naquelas competências previstas no art. 71, não poderá prescindir do Tribunal de Contas.”<sup>1</sup>

Como órgão técnico e especializado de assessoramento do Poder Legislativo, financiado com recursos públicos, o TCE conta em seu quadro com especialistas de diversas áreas e possui conhecimentos técnicos e científicos fundamentais para que o Poder Legislativo possa embasar tecnicamente suas decisões.

Neste contexto não cabe ao Legislativo duvidar da análise técnica e especializada nem da prova produzida pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.

Assim, o Tribunal de Contas emitiu Parecer Favorável à aprovação das contas do exercício de 2022 da Prefeitura Municipal de Jaguariúna, excetuados os atos pendentes de julgamento, em decorrência dos resultados a seguir elencados.

Primeiramente, os resultados no exercício de 2022 da Prefeitura Municipal de Jaguariúna foram de:

<sup>1</sup> GUERRA, Evandro Martins. *Os Controles externo e interno da Administração Pública*. Belo Horizonte: Ed. Fórum. 2005. 2ª ed.





# Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo



Processo C.M. nº 016/2025 – TC nº 004255.989.22-0

**“Ensino: 29,45%**

**FUNDEB – DESPESA TOTAL: 100%**

**FUNDEB – EDUCAÇÃO BÁSICA: 100%**

**SAÚDE: 27,29%**

**DESPESA COM PESSOAL: 33,04%**

**TRANSFERÊNCIAS AO LEGISLATIVO: 1,23%**

**EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** Superávit de  
7,69%

**RESULTADO FINANCEIRO:** Superávit – R\$  
91.343.171,75

**PRECATÓRIOS:** Regular

**REQUISITÓRIOS DE BAIXA MONTA:** Regular

**ENCARGOS SOCIAIS:** Regular.

**PARCELAMENTOS:** Regular

**REMUNERAÇÃO DOS AGENTES POLÍTICOS:**  
Relevado (Recomendação)

**INVESTIMENTOS: 4,27%**

**ÍNDICE DE EFETIVIDADE DA GESTÃO  
MUNICIPAL – IEGM: B**

Nesse sentido, o Tribunal de Contas discorreu que a gestão empreendida pelo Poder Executivo Municipal observou as normas constitucionais e legais no que se refere à aplicação no ensino, remuneração dos



# Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo



Processo C.M. nº 016/2025 – TC nº 004255.989.22-0

profissionais da educação básica, FUNDEB, saúde, despesa de pessoal, precatórios, encargos sociais (INSS, FGTS, RPPS e PASEP) e transferência de duodécimos ao Legislativo.

Dispôs ainda que em relação aos Resultados Econômico-financeiros, o Município apresentou superávit na execução orçamentária de R\$ 45.380.941,71, equivalente a 7,69 % da receita arrecadada de R\$ 590.041.230,62.

Porém, o Tribunal de Contas asseverou que referente as alterações realizadas no Orçamento, decorrentes de abertura de créditos adicionais, que alcançaram o total de R\$ 173.251.425,00, correspondente a 34,41% das dotações iniciais, tiveram um patamar superior ao autorizado pela Lei Orçamentária Anual (LOA - Lei Municipal nº 2.766/2021, artigo 7º, inciso I), percentual de 15%, excedendo o índice de inflação registrado no período, sendo que tal ato confronta o entendimento pacificado no Tribunal de Contas.

Assim, em relação às alterações orçamentárias, foi realizada apenas recomendação para a elaboração e execução orçamentária, tendo em vista que neste caso não ocasionou desajuste fiscal.

Por outro lado, o resultado financeiro correspondeu a um superávit de R\$ 91.343.174,75, evidenciando a existência de recursos disponíveis para o total pagamento de suas dívidas de curto prazo, registradas no Passivo.



# Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo



Processo C.M. nº 016/2025 – TC nº 004255.989.22-0

Ademais, asseverou que o resultado econômico foi positivo (R\$ 18.649.040,59) refletindo em aumento do saldo patrimonial (R\$ 504.130.109,81 para R\$ 522.697.978,06), bem como os investimentos totalizaram 4,27 % da Receita Arrecadada Total.

O Tribunal de Contas em relação aos Precatórios constatou que houve pagamento integral da dívida referente ao exercício analisado.

No mais, no que se refere aos encargos sociais do período (INSS, FGTS, RPPS e PASEP) a Prefeitura quitou tais encargos, bem como honrou com o parcelamento perante ao RPPS.

Por outro lado, referente às despesas com pessoal, verificou-se que alcançaram o percentual de 33,04%, abaixo, portanto, do limite estabelecido pela Lei de Responsabilidade Fiscal, bem como o limite de transferência à Câmara Municipal foi observado pelo Poder Executivo, conforme artigo 29-A, da Constituição Federal.

Em relação ao Ensino, foi constatado que o Município aplicou 29,45% no Ensino, bem como empregou 100% dos recursos do FUNDEB na remuneração dos Profissionais de Educação Básica em efetivo exercício, em observância aos artigos 212 e 212-A, XI da Constituição Federal, e artigo 26 da Lei 14.113/20.





# Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

Processo C.M. nº 016/2025 – TC nº 004255.989.22-0

Além disso, na Saúde foram aplicados 27,29% dos recursos, em observância aos artigos 77, III, do ADCT da CF, bem como art. 7º, da Lei Complementar nº 141/12.

No entanto, em relação ao Subsídio dos Agentes Políticos, foi constatado que houve reposição inflacionária de 10,06% aos subsídios dos Prefeito, Vice-Prefeito e Secretários Municipais. Sobre tal matéria houve recomendação para que o Município atente ao entendimento prevalente do Tribunal de Contas do Estado de SP enquanto a matéria está pendente de decisão do Supremo Tribunal Federal.

Por outro lado, o Tribunal entendeu plausível a justificativa apresentada sobre a existência de servidores nomeados para cargos comissionados não revestidos das características próprias da espécie e sem curso superior, tendo em vista as medidas regularizadoras realizadas pela Prefeitura visando o saneamento das falhas.

Contudo, referente ao expressivo volume de horas extras no exercício, o Tribunal de Contas recomendou que a Prefeitura acompanhe a situação, restringindo a prática somente a situações excepcionais, com implementação de sistema de controle que exija obrigatoriedade de motivação, autorização prévia do superior e mecanismo que ateste as horas realmente trabalhadas, evitando desvirtuamento da excepcionalidade desse instituto. Por fim, alertou que a



# Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo



Processo C.M. nº 016/2025 – TC nº 004255.989.22-0

reincidência deste apontamento poderá culminar em juízo desfavorável das contas em exercícios posteriores.

Ademais, referente ao Índice de Efetividade da Gestão Municipal – IEGM, o Município de Jaguariúna registrou conceito B, que é caracterizada como efetiva e que evidencia o cumprimento dos padrões que qualificam a maior parte dos aspectos abordados pelo instrumento.

Porém, foi constatado que em relação ao Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), o Município não atingiu a meta projetada para os anos iniciais e finais do ensino fundamental no último exercício analisado.

Além disso, a Fiscalização verificou que há demanda reprimida de vagas de creche na rede municipal de ensino. Assim, o Tribunal de Contas recomendou que a Prefeitura adote providências para ampliar as vagas de maneira tempestiva e suficiente, sem prejuízo da manutenção da qualidade dos serviços oferecidos. Tendo em vista que o acesso incondicionado à educação infantil, mediante a admissão de crianças de 0 a 5 anos em creches e pré-escolas, constitui dever fundamental e constitucional atribuído ao Poder Público.

Sobre outra questão, em relação às ações e serviços de Saúde (i-Saúde), a Prefeitura de Jaguariúna se manteve na faixa que designa a gestão caracterizada como “efetiva”. Porém, o Tribunal de Contas apontou que é necessário



# Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

Processo C.M. nº 016/2025 – TC nº 004255.989.22-0

adotar medidas que estão impedindo uma melhor qualidade do serviço público, como ausência de AVCB e de licença de Vigilância Sanitária; existência de restrição ao acesso de procedimentos cirúrgicos, de consultas médicas de especialidades e de exames médicos, bem como medicamentos; baixa cobertura vacinal; ausência de pontos eletrônicos para controle de frequência dos profissionais de saúde, bem como necessidade de manutenção em todas as unidades de saúde, etc.

Já referente às políticas de preservação e recuperação ambiental, o Município evolui da nota C+ para nota B, faixa esta que caracteriza as gestões como “efetiva”. No entanto, verificou-se que a Prefeitura não cumpriu todas as metas do Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos, em desacordo com a Lei Federal nº 11.445/07.

Por outro lado, em relação às políticas de proteção dos cidadãos contra eventos de consequências potencialmente calamitosas, o órgão de fiscalização atestou que as ações promovidas pelo Município receberam conceito “B”.

Isto porque, com fundamento no “iCidade”, o Município não possui Plano de Contingência Municipal de Defesa Civil (PLANCON); não efetuou inscrição no Cadastro Nacional de Municípios com Áreas Suscetíveis à Ocorrência de Deslizamentos de Grande Impacto, Inundações Bruscas ou Processos Geológicos ou Hidrológicos Correlatos; não promove ações para estimular a participação de toda a comunidade (participação de entidades privadas, associações de voluntários, clubes de serviços, organizações não governamentais e associações de classe e comunitárias) no que tange à defesa civil; não promoveu a implantação de





# Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo



Processo C.M. nº 016/2025 – TC nº 004255.989.22-0

Núcleos Comunitários de Defesa Civil (NUDECs), no intuito de estabelecer o elo entre o poder público e a comunidade e não disponibiliza no Portal da Transparência da Prefeitura documentos e informações acerca dos Planos de Proteção e Defesa Civil.

No mais, no que se refere ao gerenciamento dos recursos em tecnologia da informação (i-Gov TI), o Tribunal de Contas entendeu que o Município se situou no mesmo patamar do exercício anterior, mantendo-se na faixa que designa gestões como “muito efetivas” (B+).

Diante de todo o exposto, o Tribunal de Contas emitiu Parecer favorável à aprovação das contas da Prefeitura relativas ao exercício de 2022, excetuado os atos pendentes, bem como exarou algumas recomendações para que o Poder Executivo Municipal aprimore alguns itens em sua gestão.

Nesse sentido, foi apontado pelo Tribunal de Contas à Prefeitura de Jaguariúna as seguintes recomendações:

- adote as providências necessárias à melhoria dos índices de formação do IEGM, dando ênfase aos pontos de atenção destacados nos autos;
- implemente medidas visando sanar as irregularidades apuradas nas fiscalizações ordenadas;



# Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

Processo C.M. nº 016/2025 – TC nº 004255.989.22-0

- promova as devidas medidas para o efetivo funcionamento do Sistema de Controle Interno, com vista ao pleno desempenho de suas funções institucionais;
- harmonize as fases de planejamento e execução do orçamento, de modo a evitar a ocorrência de elevados percentuais de alterações orçamentárias;
- aprimore a gestão de pessoal, com vista à identificação das atribuições e requisitos para provimento dos cargos em comissão, atentando para a excepcionalidade estabelecida pelo artigo 37, V, da Constituição Federal, de modo que suas atribuições efetivamente se caracterizem como de chefia, assessoramento ou direção;
- restrinja a realização de horas extras às situações de excepcional interesse público, evitando o desvirtuamento desse instituto, sendo certo que a reincidência sistemática poderá culminar no juízo desfavorável das contas de exercícios vindouros;
- diligencie para que seja suprida a ausência de AVCB nas unidades de ensino e saúde municipais, bem como no imóvel-sede da Prefeitura Municipal;
- adote medidas efetivas para atendimento da demanda por vagas em creches da rede pública municipal;
- observe o entendimento dominante no E. TJSP a respeito da concessão de Revisão Geral Anual a agentes políticos, consubstanciado em julgamentos de diversas ADI's de leis municipais sobre a matéria;



# Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

Processo C.M. nº 016/2025 – TC nº 004255.989.22-0

- garanta que os recursos do FUNDEB sejam movimentados por meio de conta bancária vinculada;
- assegure o estrito cumprimento da Lei de Acesso à Informação e da Lei da Transparência Fiscal;
- efetue ajustes para garantir a fidedignidade das informações inseridas no banco de dados do Sistema AUDESP, em cumprimento aos princípios da transparência e da evidenciação contábil, nos termos do Comunicado SDG nº 34/09, de modo a evitar a ocorrência de divergências;
- atenda integralmente às Instruções, recomendações e determinações deste Tribunal de Contas;
- adote providências efetivas visando ao saneamento das demais impropriedades apontadas no relatório da fiscalização.

### **3- CONCLUSÃO:**

Diante deste quadro favorável, a Comissão de Orçamento, Finanças e Contabilidade concorda com o parecer prévio emitido pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo e propõe a aprovação das contas de 2022.

Pelas razões acima expostas, apresentamos o Parecer acolhendo e aprovando o Parecer Prévio do Tribunal de Contas do Estado, o qual recomendou a aprovação das contas do Município de Jaguariúna no exercício de 2022,





# Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo



Processo C.M. nº 016/2025 – TC nº 004255.989.22-0

para, assim, deliberar pela **APROVAÇÃO** das contas anuais, referente ao exercício financeiro de 2022, do Município de Jaguariúna, sob a responsabilidade do Sr. Márcio Gustavo Bernardes Reis.

Por derradeiro, em anexo é proposto o Projeto de Decreto Legislativo, que dispõe sobre o acatamento do Parecer Prévio do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, a fim de **APROVAR** às contas do exercício de 2022, do Município de Jaguariúna.

Esse é o parecer, ao referendo do egrégio Plenário.

Câmara Municipal de Jaguariúna, 06 de maio de 2025.

  
**VEREADOR JORGE LUIZ DE SOUZA**

Presidente da Comissão Permanente de Orçamento, Finanças e Contabilidade  
Relator

  
**VEREADORA GERUZA MELO DO NASCIMENTO REIS**

Vice – Presidente da Comissão Permanente de Orçamento, Finanças e Contabilidade

  
**VEREADOR RAFAEL DA SILVA BLANCO**

Secretário da Comissão Permanente de Orçamento, Finanças e Contabilidade



# Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo



## DECRETO LEGISLATIVO Nº 530

(Autoria: Comissão Permanente de Orçamento, Finanças e Contabilidade)

Aprova a prestação de contas anuais da  
Prefeitura Municipal de Jaguariúna,  
relativa ao exercício financeiro de 2022.

Vereador Rodrigo Reis de Souza, Presidente da Câmara Municipal de Jaguariúna, Estado de São Paulo, etc.

Faço Saber que a Câmara Municipal aprovou e eu promulgo o seguinte Decreto Legislativo:

Considerando o Parecer emitido pela Comissão de Orçamento, Finanças e Contabilidade, recomendando ao Plenário o acatamento do Parecer Prévio Favorável à aprovação total das contas do Poder Executivo Municipal, relativas ao exercício de 2022, emitido pelo Tribunal de Contas do Estado;

Considerando ainda, o que dispõem o art. 31, § 2º da Constituição Federal e o art. 49, § 3º, da Lei Orgânica do Município.

A Câmara Municipal de Jaguariúna aprova:

Art. 1º. Fica acolhido o Parecer Prévio emitido pelo egrégio Tribunal de Contas do Estado de São Paulo sobre o Processo TC nº 004255.989.22-0 e, assim sendo, fica aprovada a prestação de contas anual da Prefeitura Municipal de Jaguariúna, relativa ao exercício financeiro de 2022.

Art. 2º. Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Presidência da Câmara Municipal de Jaguariúna, 06 de maio de 2025.

VEREADOR RODRIGO REIS DE SOUZA  
Presidente

Registrado na Secretaria e afixado, na mesma data, no quadro de avisos da portaria da Câmara Municipal

Creusa Ap. Gomes  
Diretora Geral



# Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo



Ofício PRE n.º 090

Jaguariúna 06 de maio de 2025

Senhor Prefeito

Encaminhamos a Vossa Excelência, para conhecimento o Decreto Legislativo nº 530, da Comissão Permanente de Orçamento, Finanças e Contabilidade - Aprova a prestação de contas anuais da Prefeitura Municipal de Jaguariúna, relativa ao exercício financeiro de 2022, que foi aprovado por unanimidade de votos, em Única discussão, em Sessão Ordinária realizada nesta Casa em 06 de maio corrente.

Atenciosamente,

  
VEREADOR RODRIGO REIS DE SOUZA  
Presidente

Ao Senhor  
David Hilario Neto  
Prefeito Municipal  
Jaguariúna – S.P.

